

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE

16 ANO 2019 | 1º semestre

- Especialização produtiva — reflexos sobre o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro;
- Relação entre renda petrolífera e melhoria na qualidade de vida por municípios confrontantes da Bacia de Campos;
- Desafios à gestão, ao desenvolvimento sustentável em Miracema;
- Inovação e Desenvolvimento Regional — uma análise sobre a produção científica da Universidade Estadual do Norte Fluminense e sua potencial contribuição para a sociedade;
- Perfil socioeconômico de feirantes do mercado municipal de Campos dos Goytacazes;
- Casa popular própria — ilusão ou solução;
- Capilaridade territorial na provisão de medicamentos básicos no estado do Rio de Janeiro;
- NudgeRio um caso de aplicação de Ciência Comportamental às Políticas Públicas;
- Mulher, política e cidade — reflexões analíticas.

REVISTA **CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE**

16

ANO 2019 | 1º semestre



FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO — CEPERJ

PRESIDÊNCIA

Pedro Castilho

ESCOLA DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Homero de Araújo Torres

CENTRO DE ESTATÍSTICAS, ESTUDOS E PESQUISAS

Fabio Odilon Alves Gomes

DIRETORIA DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS

Lisandro Junior

DIRETORIA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E DES. INSTITUCIONAL

Tatiani Lisboa

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Marcelo Serrano Peixoto

INSTITUTO PEREIRA PASSOS — IPP

DIRETOR-PRESIDENTE

Mauro Osorio

COORDENADOR TÉCNICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Carlos Krykhtyne

COORDENADORA TÉCNICA DE PROJETOS ESPECIAIS

Andrea Pulici

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO

Bruno Filippo

Editores

EDITORES CIENTÍFICOS

Jorge Britto • UFF
Lia Hasenclever • Instituto de Economia – UFRJ

EDITOR EXECUTIVO

Bruno Filippo • IPP

CONSELHO EDITORIAL

Bruno Leonardo Barth Sobral • Faculdade de Ciências Econômicas – UERJ
Carlos Antonio Brandão • Inst. de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ
Fabiano Guilherme Mendes Santos • Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ
Glauco José Marafon • Instituto de Geografia – UERJ
Jorge Nogueira de Paiva Britto • Faculdade de Economia – UFRJ
José Luis Vianna da Cruz • Centro de Pesquisa Candido Mendes – UCM
Lia Hasenclever • Inst. de Economia – UFRJ / Universidade Cândido Mendes Campos – UCAM Campos
Luis Fernando Valverde Salandía • Instituto Pereira Passos
Luiz Martins de Melo • Instituto de Economia – UFRJ
Maria Alice Rezende de Carvalho • Depto. de Ciências Sociais – PUC RJ
Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna • Instituto de Economia – UFRJ
Maria Helena de Macedo Versiani • Instituto Brasileiro de Museus
Marieta de Moraes Ferreira • Fundação Getúlio Vargas
Mauro Osorio • Faculdade Nacional de Direito – UFRJ
wMiguel Antonio Pinho Bruno • Escola Nacional de Ciências Estatísticas - IBGE /Fac. de Ciências Econômicas – UERJ / Mackenzie Rio
Nelson de Castro Senra • Escola Nacional de Ciências Estatísticas – IBGE
Paulo Alcântara • Universidade Cândido Mendes – UCAM
Paulo Knauss Mendonça • Depto. de História – UFF
Pedro Abramo • Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional – UFRJ
Renata Lèbre La Rovere • Instituto de Economia – UFRJ
Roberto de Andrade Medronho • Instituto de Estudos em Saúde Coletiva – UFRJ
Rosélia Périssé Piquet • Centro de Pesquisa Candido Mendes – UCM
Sergio Ferraz Magalhães • Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ
Silvia Ramos • Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – UCM

REVISTA CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE

COORDENAÇÃO

Bruno Filippo

SECRETARIA EXECUTIVA

Ariana Falcão

REVISÃO

De responsabilidade dos autores

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cláudio Novaes

R. São Francisco Xavier, 524/SI. 1050, Bloco FS - Maracanã
Rio de Janeiro • RJ - CEP 20550-013 • Telefone: (21) 2334-7313

revistacadernos.ceperj@gmail.com | www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/cdf

ISSN: 2317-6539

Editorial

Os Editores tem a satisfação de apresentar o conteúdo do 16º número da REVISTA CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE, que reflete o compromisso com uma reflexão acadêmica multidisciplinar sistemática tanto sobre contexto sócio-econômico-territorial do estado do Rio de Janeiro (ERJ), como também sobre orientações e práticas relevantes no campo das políticas públicas, orientadas para os enfrentamentos de desafios colocados em função de transformações contemporâneas da sociedade fluminense em suas múltiplas dimensões. Seguindo essa tradição, o presente número contempla tanto artigos baseados em reflexões de natureza mais geral, como abordagens mais focalizadas, em termos tanto do objeto de reflexão como do campo associado das políticas públicas. Traz colaborações de várias instituições do ERJ e abordagens de distintos campos disciplinares.

Em primeiro lugar, cabe destacar artigos com foco mais amplo em termos do diagnóstico socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro, seja através de abordagens que contemplam tanto a configuração geral da estrutura produtiva, seja através de análises territorialmente mais localizadas da dinâmica socioeconômica. O artigo **“Especialização produtiva: reflexos sobre o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro”**, de Henrique Cavaliere e Lia Hasenclever, analisa a evolução da estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro, em comparação com a nacional. Ressalta-se a concentração em segmentos associados ao petróleo e mostra-se que essa especialização produtiva não tem se constituído em uma via de desenvolvimento virtuoso para o estado, pois tende a perpetuar e reproduzir heterogeneidades estruturais, refletidas em tendências de baixo crescimento econômico e vulnerabilidade externa.

No campo de um diagnóstico socioeconômico territorialmente mais localizado, o artigo **“Relação entre renda petrolífera e melhoria na qualidade de vida por municípios confrontantes da Bacia de Campos”**, de Roberto Meireles Acruche, Ítalo de Oliveira Matias, Milton Erthal Jr, Fabio Freitas da Silva e Aldo Shimoya, tem como foco os nove municípios fluminenses pertencentes à Bacia de Campos. Por meio de uma pesquisa que usa o método de análise multicritério e dados do Índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) de Desenvolvimento Municipal, classifica os municípios e compara esta ordenação ao montante de rendas petrolíferas recebidas. Aponta-se que maiores níveis de *royalties per capita* não estão associados a melhores condições de desenvolvimento humano e constata-se uma dependência financeira dos municípios em relação à transferência e *royalties* acima de 70%, com exceção da cidade de Macaé por concentrar a atividade petrolífera na região, sugerindo-se que a abundância de recursos naturais levou tanto a um afrouxamento fiscal e a uma tendência a negligenciar políticas públicas que estimulassem o desenvolvimento local.

Em sequência, o artigo **“Desafios à gestão, ao desenvolvimento sustentável em Miracema (RJ)”**, de Paulo José de Mendonça Ribeiro, discute os impactos da criação de UC - Unidade de Conservação (UC) no município de Miracema, em 2010 como estratégia para promoção de um município “saudável e sustentável”. Foi feita uma pesquisa de campo sobre: problemas de saneamento básico (lixo, esgoto, água e drenagem) e ambientais (erosão, desmatamento, contaminação da água), de modo a verificar em que medida a problemática socioambiental incorpora as questões relativas a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e coletividades. As evidências coletadas sugerem que há mais custos que benefícios, particularmente no que se refere à sustentabilidade socioambiental, que representa um grande desafio para as políticas públicas.

O artigo **“Inovação e Desenvolvimento Regional: uma análise sobre a produção científica da Universidade Estadual do Norte Fluminense e sua potencial contribuição para a sociedade”**, de Raquel Chaffin Cezario, Edson Terra Azevedo Filho e Henrique Rego Monteiro da Hora, pro-

cura discutir, com base na experiência da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, o papel da universidade na sociedade, por meio da produção de conhecimento e da capacidade de induzir o desenvolvimento regional via inovação. A metodologia contempla uma abordagem quali-quantitativa mediante pesquisa bibliométrica no Banco de Dados Scopus. Constatou-se que a UENF tem gerado conhecimento relevante, por meio de publicações de documentos, principalmente na área das Ciências Agrárias e Biológicas, apresentando um potencial inovador capaz de contribuir com o desenvolvimento da Região desde que haja engajamento entre ela, governo e empresa, numa Hélice Tríplice.

Considerando um foco mais microscópico na abordagem da problemática do desenvolvimento socioeconômico local, o artigo **“Perfil socioeconômico de feirantes do mercado municipal de Campos dos Goytacazes”** de Graciela Aparecida Profeta, Raquel Chaffin Cezario, Elen Cristina de Mattos Lima e Vanuza da Silva Pereira Ney, procura caracterizar o perfil socioeconômico de feirantes de hortifrutícolas do mercado municipal de Campos dos Goytacazes, considerando aspectos relacionados aos canais de comercialização e as características econômicas que diferenciam os feirantes. Os resultados obtidos apontam que a renda mensal oriunda da feira era de extrema importância na composição da renda total da família, e, portanto, na sobrevivência das mesmas. Constatou-se também que os feirantes não usavam os circuitos curtos de produção que garantiriam a comercialização da produção local e que isso, além de não lhes fornecer produtos diferenciados para a venda, ainda implicava em perda de receita, pois acabavam competindo em condições desiguais com os supermercados da cidade.

Na transição entre abordagens de cunho mais analítico e abordagens com foco mais direcionado para a avaliação de políticas, o artigo **“Casa popular própria: ilusão ou solução?”**, de Bianca Siqueira Gonçalves, Livia Maria de Souza Almeida Coura e José Luis Vianna da Cruz, é de natureza essencialmente conceitual, procurando discutir aspectos capazes de nortear a implementação de políticas habitacionais e urbanas, conectando a discussão do sonho de consumo da propriedade de um lugar para morar com as possibilidades de efetivação do direito à cidade, através de um revisão não sistemática da bibliografia sobre a origem da casa como mercadoria e objeto de desejo do trabalhador e sobre a questão da segregação sócio espacial à luz do Direito à Cidade. Ao mesmo tempo, procura-se articular essa discussão a aspectos importantes da estrutura e dinâmica da cidade, ressaltando-se o papel do planejamento urbano no sentido de mitigar a segregação socioespacial.

No campo mais operacional da avaliação de políticas, o artigo **“Capilaridade territorial na provisão de medicamentos básicos no estado do Rio de Janeiro”**, de Eduardo Manhães e Lia Hasenclever, analisa a Política Pública de Assistência Farmacêutica (AF) nas mesorregiões do estado do Rio de Janeiro por meio da distribuição territorial das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e dos estabelecimentos do Programa Farmácia Popular do Brasil. Aborda ainda a relação existente entre a instalação de unidades de AF com o volume populacional e a renda média per capita das mesorregiões no ano de 2018. A partir da construção de indicadores e da análise da correlação entre as variáveis, constata-se que, apesar de ter havido uma expansão da provisão de medicamentos, os estabelecimentos da rede credenciada são mais concentrados e os das UBS são mais dispersos no território, o que indica um melhor desempenho destas últimas em termos de distribuição territorial.

Ainda no campo da operacionalização de políticas públicas, o artigo **“NudgeRio: um caso de aplicação de Ciência Comportamental às Políticas Públicas”**, de Otávio Morato de Andrade, discute possíveis soluções para políticas públicas baseadas em *insights* e fundamentos teóricos da Economia Comportamental, mais conhecidos como *Nudges*, termo que sugere a associação de incentivos comportamentais para reverter falhas cognitivas e que podem inspirar a criação de novas estratégias de aderência às políticas públicas. Especificamente, procura-se discutir com exemplos práticos de aplicações de *Nudges* no âmbito da governança estatal, em especial, o caso da *NudgeRio*, unidade criada na Prefeitura da Cidade do Rio. Refere-se ao caso da implementação do Programa Líderes Cariocas (PLC), coordenado pelo Instituto Fundação João Goulart (IFJG), que procura selecionar servidores públicos com perfil de liderança positiva e capacitá-los para assumir posições proeminentes na administração pública municipal.

Por fim, no campo mais amplo da representação política, mas ainda com claros desdobramentos na definição de políticas públicas, o artigo **“Mulher, política e cidade: reflexões analíticas”**, de Aímée Seixas de Sousa e María Gabriela Scotto, discute as relações entre mulheres, cidade, feminismo e participação em espaços de representação política. O caso da pesquisa em foco é a presença feminina na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Especificamente, a partir da implementação das cotas eleitorais para mulheres, busca-se discutir as relações entre a participação política e o direito à cidade sob a concepção de gênero. Argumenta-se que, numa perspectiva feminista, é possível pensar a mulher presente e atuante na política municipal como planejadora do espaço urbano e da vida das cidades, avaliando de maneira mais clara suas pretensões, interesses e demandas, apontando-se a necessidade de autonomia feminina no que diz respeito aos seus direitos como cidadãs e às escolhas sobre o acesso e a função do espaço público.

O conjunto de artigos presentes nesse número da REVISTA CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE reflete o caráter multidisciplinar da discussão sobre o desenvolvimento fluminense e o compromisso em relação à avaliação de políticas públicas que norteiam a nossa linha editorial. Além disso, destacamos o compromisso do Conselho Editorial e das instituições de apoio no sentido de dar maior celeridade à avaliação das submissões e à atualização do processo de edição. É com base nessa perspectiva que reiteramos o convite à comunidade acadêmica para novas submissões que enriqueçam ainda mais a Revista.

Desafios à gestão, ao desenvolvimento sustentável em Miracema (RJ)

Challenges to management, to sustainable development in Miracema (RJ)

Paulo José de Mendonça Ribeiro¹

RESUMO

O presente estudo é resultado da criação UC - Unidade de Conservação no município de Miracema, em 2010, baseado no projeto de pesquisa "Uma proposta de Gestão do Marketing no Município de Miracema-RJ, como estratégia para promoção de um município saudável e sustentável". O resultado, pela metodologia utilizada, sugere que a problemática socioambiental incorpora as questões sobre a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e coletividades e na lógica de reprodução, articulam-se ao crescimento econômico e ao consumo. Há porém mais custos que benefícios particularmente no que se refere à sustentabilidade socioambiental. Os problemas socioambientais representam um grande desafio para as políticas públicas e sua gestão; quando identificados, padecem em efetividade, dada a tabulação dos dados primários e secundários, inclusive no aspecto documental.

PALAVRA-CHAVE: Unidade de Conservação; Sustentabilidade Socioambiental; Gestão territorial; Marketing Sustentável.

ABSTRACT

This study is a result of creating UC - Conservation Unit in the city of Miracema in 2010, based on the research project "A proposal for Marketing Management in Miracema-RJ Municipality, as a strategy to promote health and sustainability to the city". The result, according to the methodology that has been used, suggests that the socio-environmental problem includes questions about the quality of life and well-being of individuals and communities, which according to the reproduction logic, articulate economic growth and consumption. However, there are more costs than benefits particularly in terms of social and environmental sustainability. Social and environmental problems reflect a major challenge for public policy and its management. When identified, they lack of effectiveness, given the tabulation of primary and secondary data, including the documentary aspect.

KEYWORDS: Conservation Units; social and environmental sustainability; land management; Sustainable Marketing.

1. Introdução

O Brasil, em sua gestão, em todos os níveis institucionais, carece de excelência. Embora as ferramentas tenham sido bem elaboradas, o planejamento ainda é inadequado, a organização, liderança e controle inexistem em todas as instâncias. A ausência de Indicadores de gestão propicia a corrupção nos setores da economia, com uma ética nefasta. Há ausência também de uma legislação que reprima rigorosamente ao executar auditorias e que aplique multas. Ou seja, há uma enorme necessidade de mecanismos eficientes e eficazes que controlem as atividades públicas, privadas e do chamado terceiro setor com efetividade.

Uma administração privada ou pública factível, responsável e transparente, que vise benefícios sociais para atender à sociedade de forma satisfatória, deve priorizar o planejamento estratégico como conceito básico

¹ Mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz e Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Estácio de Sá. Professor do Departamento de Administração da Universidade Estácio de Sá.

aos objetivos da gestão. Este seria o meio para organizar sua execução e permitir o controle das dimensões sociais e ambientais, as quais passariam a compor os objetivos de gestão das organizações privadas e públicas (MMA, 2001). Sendo assim, a proposta de uma gestão sustentável é integrada ao sistema de gestão pública ou empresarial ao ajustar uma visão interdisciplinar no domínio do instrumental analítico. À perspectiva estratégica no desenvolvimento de habilidades para tomada de decisões, a ênfase na análise socioambiental e a compreensão dos impactos no ambiente interno da organização aliam-se a capacitação e o desenvolvimento de habilidades interpessoais e de liderança (RIBEIRO, 2009).

A sustentabilidade como estratégia de potencialização do desenvolvimento tem como um de seus objetivos o desenvolvimento econômico e socioambiental responsáveis, o que é fundamental para viabilizar projetos que se adaptem às características regionais e à diversidade das necessidades locais, integrando-as à população. Essa estratégia é resultado do reconhecimento dos atores sociais locais e de uma divisão equânime de custos e benefícios sociais (Mitchell e col., 2010; Almeida, 2007; Calheiros, 2004 apud Silva e col., 2008; Ribeiro, 2009).

Nos últimos 50 anos, os ecossistemas e seus serviços, que traduzem os benefícios da biodiversidade como suporte da vida, sofreram mudanças radicais em velocidade e extensão, não comparadas a qualquer geração anterior da humanidade em 200 mil anos. Assim, o desenvolvimento sustentável pressupõe a parceria entre governos e empresas para a reorientação do consumo e produção baseada na ética, transparência e factibilidade. À medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do território e seus recursos. (RIBEIRO, 2011 *apud* MEA, 2005; Freitas e Porto, 2006; UNEP, 2010).

A capacidade de gerar e sistematizar a gestão das interações sinérgicas, por sua vez, está fortemente vinculada ao contexto sócio-histórico, institucional e cultural, no qual se inserem as atividades produtivas. A cooperação entre as instituições e os atores locais é elemento chave na capacidade de desenvolvimento das regiões ou localidades. Esta afirmação sustenta a hipótese deste estudo, qual seja a importância do “capital institucional” (sociedade, governo e organizações) na produção do controle social para promoção do município saudável e sustentável (RIBEIRO, 2009).

O presente estudo é resultado da criação UC - Unidade de Conservação no município de Miracema, em 2010, baseado no projeto de pesquisa “Uma proposta de Gestão do Marketing no Município de Miracema-RJ como estratégia para promoção do município saudável e sustentável”, realizada no município nos anos de 2007 e 2008; dissertação de mestrado pelo DSSA/ENSP-FIOCRUZ (Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro).

2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados neste artigo foram desenvolvidos através da pesquisa bibliográfica e documental. O planejamento da pesquisa, quanto ao posicionamento paradigmático, enquadra-se no interpretativo e positivista. Buscou-se o embasamento conceitual em periódicos, livros, artigos científicos e documentos municipais sobre o tema, aumentando o contato do pesquisador com a análise teórico-científica principal do estudo a “Sustentabilidade Socioambiental” (LAKATOS e MARCONI, 2001).

A tipologia de pesquisa utilizada caracteriza-se como exploratória com abordagem qualitativa, segundo Gil (2002), tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias, e possui como finalidade o estudo preliminar das características de determinada população ou de determinado fenômeno. O autor menciona sobre a abordagem: “a pesquisa de caráter qualitativo é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, cuja a amostragem não-probabilística, procura explorar um problema ou situação para prover critérios e compreensão deste.”

A primeira etapa de pesquisa levantou diversos pontos de vista dos gestores locais sobre projetos em andamento, problemas de saúde, ambiente, sociais e econômicos. Realizados através de entrevistas com gestores municipais nas áreas de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Meio ambiente e Desenvolvimento Agropecuário, Obras e Urbanismo, Defesa Sanitária Animal, Assistência Social e Saúde, estes pareceres técnicos e as informações pertinentes foram coletados em formato de gravação digital. A segunda etapa – realizada por meio de entrevistas com moradores do município de Miracema, incluiu entrevistas com 180 pessoas

nos meses de janeiro e julho de 2009. A seleção dos participantes deu-se por julgamento. O questionário, semiestruturado, foi composto de perguntas abertas e fechadas relacionadas a meio ambiente, emprego e renda, educação, saúde e expectativas futuras no município.

A coleta de dados envolveu a técnica de documentação indireta e, particularmente, de dados de fontes secundárias, em decorrência da opção pela pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas as informações disponibilizadas na web, como site de órgãos reguladores ambientais, instituições de fomento a gestão pública como: IBGE, IPEA, TCE, BNDES, INEA, CREA, FIOCRUZ, EMBRAPA, PESAGRO-RIO e FIRJAN² que envolvessem o município de Miracema. Os documentos foram sistematizados segundo as áreas temáticas de economia, ambiente, saneamento, saúde e sociedade e comparados à visão dos gestores.

A terceira etapa do projeto englobando pesquisa de campo, os principais problemas de saneamento básico (lixo, esgoto, água e drenagem) e ambientais (erosão, desmatamento, contaminação da água) foram levantados por meio de visitas técnicas aos locais apontados pelos gestores, consolidadas no “Relatório da Inspeção Técnica realizada ao Sistema Ambiental do Município de Miracema” (OTTONI, 2008). Adiciona-se o laudo – “Relatório de Avaliação de Qualidade da Água do Ribeirão Santo Antônio-Miracema/RJ”, expedido pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente, para o estudo, em setembro de 2009.

3. Resultados

As preocupações dos municípios, especialmente aqueles com elevado potencial de crescimento econômico no Brasil, não deveriam estar orientadas para o enriquecimento, mas para a gestão de suas potencialidades, de forma a constituir um modelo de desenvolvimento sem que o crescimento da produtividade industrial e agrônoma seja considerado o principal paradigma de gestão.

Neste trabalho verificou-se, pela metodologia utilizada, que a problemática socioambiental incorpora as questões sobre a qualidade de vida e bem estar dos indivíduos e coletividades, na lógica de reprodução, articulando-se com o crescimento econômico e o consumo, porém há mais custos que benefícios particularmente na sustentabilidade socioambiental (KALLIS et al., 2012; VICTOR, 2008; HOEPNER et al., 2012 e KLITGAARD & KRALL, 2011). Os problemas sociais e ambientais representam um grande desafio para as políticas públicas, que na maioria das vezes são deficitárias e em sua gestão, e quando identificadas, padecem em sua efetividade, dada a tabulação dos dados primários e secundários, inclusive em termos documentais (RIBEIRO, 2009). Neste sentido, este trabalho pode trazer subsídios relevantes para o planejamento de políticas públicas, ao identificar e caracterizar as áreas críticas, conforme o “Relatório da Inspeção Técnica realizada ao Sistema Ambiental do Município de Miracema” (OTTONI, 2008), para o estudo e palestra de apresentação destes resultados na sede da Prefeitura de Miracema no mesmo ano (Uma proposta ..., 2009).

Criada em 15 de dezembro de 2010, as UC's - Unidades de Conservação, Área de Proteção Ambiental (APA) Miracema e Refúgio da Vida Silvestre da Ventania (REVIS), por meio do Decreto Municipal nº 261 em Miracema. Consolida-se a APA (Unidade de Uso Sustentável) – área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar da população do município. Trata-se de uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída tanto por terras públicas quanto privadas. APA Miracema (três setores da REVIS, distrito de Venda das Flores, a Serra Humaitá e a Nascente do Ribeirão Santo Antônio) e o Refúgio de Vida Silvestre (Unidade de Proteção Integral) – área destinada à proteção de ambientes naturais, no qual se objetiva assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Permite diversas atividades de visitação e a existência de áreas particulares, assim como no monumento natural. REVIS da Ventania (Setor I, Mata da Serra da Ventania e Serra de Santo Antônio; Setor II, Mata da Serra do Córrego Santa Cruz; Setor III, Mata da Serra da Ventania e da Sub-bacia do Córrego Santa Cruz), conforme o artigo primeiro do Decreto citado a caracteriza: “áreas contínuas e sobrepostas, cujos nomes foram sugestões na Consulta pública. Com objetivo de assegurar a

2 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, TCE - Tribunal de Contas do Estado, BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, INEA - Instituto do Estado do Ambiente, CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz, EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, PESAGRO-RIO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro e FIRJAN - Fundação das Indústrias de Estado do Rio de Janeiro, SBF - Superintendência de Biodiversidade e Florestas.

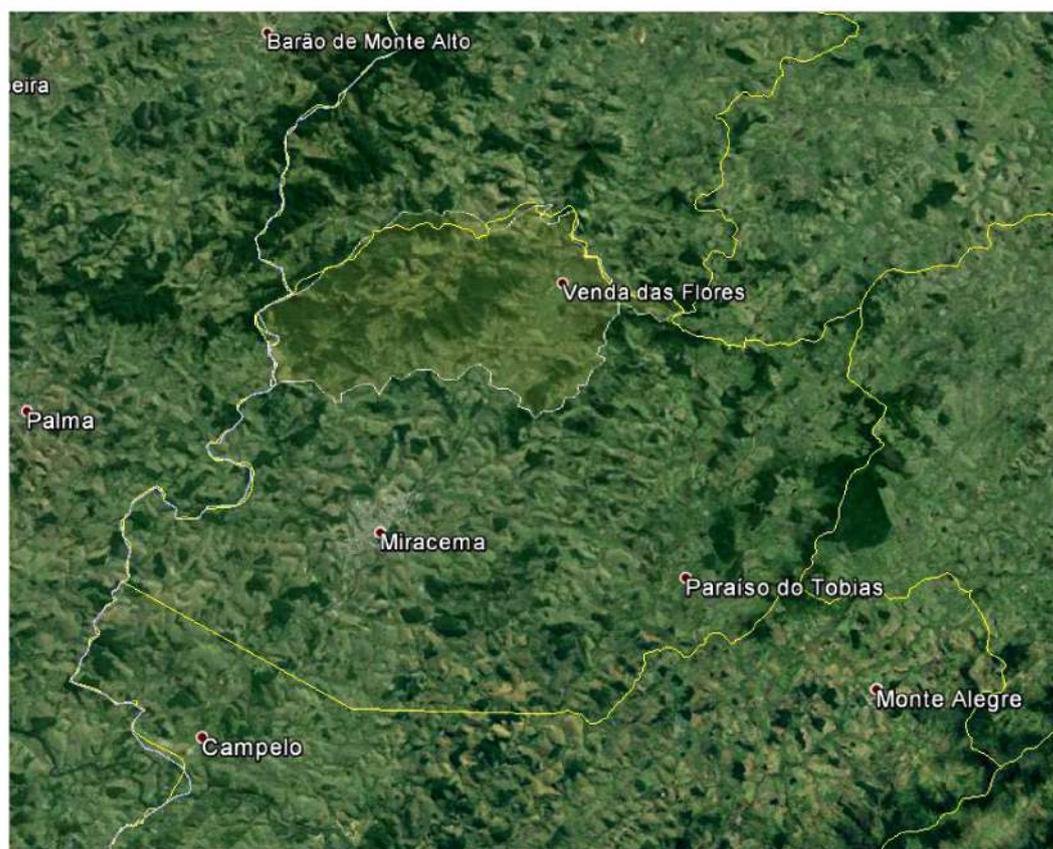
conservação e a preservação da área administrativa conhecida por Alto Ribeirão Santo Antônio e remanescentes de Mata Atlântica". Cujas superfícies são assim delimitadas no total 6.629,45 ha.

Acrescenta-se o fato de Área Importante para Conservação das Aves (IBAs - Important Bird Areas), Categoria A2 – Espécie de Distribuição Restrita, ou seja: "aquelas que apresentam distribuição geográfica global menor do que 50 mil km² e Áreas de Endemismo de Aves (Endemic Bird Areas – EBA) as regiões onde as distribuições de duas ou mais dessas espécies se sobrepõem. Globalmente, há 218 EBAs, 9 das quais estão nos estados do Domínio da Mata Atlântica (STATTERSFIELD et al., 1998; BENCKE et al., 2006).

É nesse sentido que a aplicação do instrumento, concebido na Constituição Federal art. 225 - § 1º, inciso III, previsto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - art. 2º - IV e art. 4º - I, II; regulamentado pela Lei específica nº 9.985 de 18 de junho de 2000 e pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, estabelecendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC; e a Política Pública Municipal, conforme a lei nº 795, de 14 de outubro de 1999 e a Lei complementar, nº 1129, de 07 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor do Município de Miracema. Conforme quadro 1.

No âmbito municipal apenas uma unidade nesta categoria foi criada, o Refúgio da Vida Silvestre de Ventania, no município de Miracema – estado do Rio de Janeiro, possuindo 22 km². A área não possui Conselho Consultivo ou Plano de Manejo e programas especiais, também não está disponível no CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação outras informações. (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2015).

QUADRO 1 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ.



Unidade de Conservação no Município de Miracema.



Domínios da lei da Mata Atlântica (Lei 11.428 de 22 de dezembro de 2006).



Limites municipais.

Fonte: Google Earth - 30/08/2015, 21°20'39.19"S/42°06'27.71"O; elev. 386m. Alt. do pto. de visão 45.29Km.

4. Discussão

No estudo “Uma proposta de Gestão do Marketing no Município de Miracema-RJ como estratégia para promoção do município saudável e sustentável” de 2009, defendeu-se a adoção de uma agenda em prol do desenvolvimento sustentável. A busca pelos recursos necessários motivou a criação da UC Municipal conforme os secretários municipais e consoante ao Plano Diretor e sua lei orgânica, ao Relatório da Inspeção Técnica realizada ao Sistema Ambiental do Município de Miracema, a tabulação dos resultados dos dados primários junto à população e aos gestores; e da Lei nº 11428, de 22 dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica).

Logo, a conservação e preservação da biodiversidade, cujos biomas num processo secular foram capazes de fornecer o suporte a vida. Em cada ecossistema integrado e suas espécies encontram-se bactérias, vegetais e animais pertencentes à continuidade da vida em nosso planeta. A indisputabilidade de condição própria da vida é um direito fundamental de todo o ser humano e da existência do ambiente. Para tanto, o estudo baseou-se em duas abordagens distintas, mas complementares: Ecorregional e Corredor Ecológico (RIBEIRO, 2009).

O Complexo de Ecorregiões do Bioma Mata Atlântica situada no Brasil está entre as florestas tropicais mais ameaçadas do mundo, tendo hoje apenas 8,5 % dos seus 1.315.460 km² originais de cobertura florestal (SOSMA & INPE, 2011). Estende-se desde as latitudes tropicais dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, na costa Nordeste do Brasil até as latitudes subtropicais com clima estacional do Estado do Rio Grande do Sul, do Oceano Atlântico para o interior, em direção oeste, passando pelas montanhas costeiras do Brasil até a bacia do Rio Paraná, no Leste do Paraguai e na Província de Misiones, na Argentina (MMA, 2003; AB’SÁBER, 2003). Conforme a Lei nº 11428 de 22 de dezembro de 2006, segundo Decreto nº 6660 de 21 de novembro de 2008, 17 estados são por ela abrangidos (D.O.U, 2008). Em 2014, informações divulgadas pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas espaciais, alertam para 239 Km² desmatados no bioma entre 2012 e 2013, isto é, um aumento de 9%, comparado a 219 Km² entre 2011 e 2012 (SOSMA & INPE, 2014).

As ecorregiões são usualmente definidas como áreas relativamente homogêneas que possuem condições ambientais similares (BAILEY, 2005; LOVELAND e MERCHANT, 2004; ZHOU *et al.*, 2003; OMERNIK, 1995; DINNERSTEIN *et al.*, 1995; DINNERSTEIN *apud* CÁUPER, 2006; WWF, 2016). Para o mapeamento das ecorregiões variáveis abióticas e bióticas são utilizados aspectos como clima, hidrologia, feições morfológicas da paisagem, vegetação e solo (OMERNIK, 1987). Os mapas de ecorregiões podem auxiliar na visualização e no entendimento da similaridade através da complexidade dos fatores ambientais que variam no espaço (HARGROVE, 2005; HOFFMAN *apud* XIMENES, 2008). Detêm-se na grande diversidade de paisagens do bioma Mata Atlântica (por exemplo) e o impacto que qualquer elemento físico ou biológico tem sobre os demais. As prioridades são as florestas, os rios e lagos, com sua flora, fauna, avifauna e a população que os inserem e habitam. O objetivo inicial é valorizar a vocação florestal e aquática da região, conservando e utilizando os recursos naturais de forma racional e duradoura para beneficiar todos os segmentos sociais do Município em particular e do Estado em geral. Ou seja, assegurar o desenvolvimento econômico e social da região e do município de forma continuada.

Já os Corredores Ecológicos sugerem que devido às atividades antrópicas e mudanças ambientais, é de fragmentação a tendência dos ecossistemas florestais contínuos, como as florestas de Mata Atlântica brasileira. O processo de fragmentação florestal rompe com os mecanismos naturais de auto-regulação de abundância e raridade de espécies e leva à insularização de populações de plantas e animais. Num ambiente ilhado ocorre maior pressão sobre os recursos existentes, afetando a capacidade de suporte dos ambientes impactados, aumentando-se o risco de extinção de espécimes da flora, da fauna e da avifauna. A reversão da fragmentação apoia-se, fundamentalmente, no reflorestamento dos segmentos que unam as bordas dos fragmentos de floresta de vegetação secundária (para citar) – o Corredor Ecológico (TCE, 2004; 2005; 2006; 2007; 2008). Inserido no “Projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade na Mata Atlântica do Rio de Janeiro”, financiado com recursos do CEPF – *Critical Ecosystem Partnership Fund*, focadas no Estado do Rio de Janeiro, o projeto visava contribuir com a definição de estratégias de conservação para a implementação do Corredor da Serra do Mar, que abrangia uma área de cerca de 12,6 milhões de hectares estendendo-se do Paraná ao Rio de Janeiro (FIDALGO *et al.*, 2007).

No estudo, que faz parte do Projeto “Remanescentes da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro: distribuição dos fragmentos e possibilidades de conexão”, são abordados e analisados dois cenários. Como referência,

apresenta parte da área do Estado do Rio de Janeiro com a distribuição dos fragmentos de vegetação e dos fragmentos inseridos na área identificada como potencial para conexão, cuja distância ponderada de cada fragmento é, no máximo, 180 metros, totalizando 360 metros entre fragmentos. Este cenário é o resultante da integração de dois Mapas: Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro e ao Mapa de Vegetação (Projeto RADAMBRASIL, 1983) por permitir identificar os limites das Regiões Fitoecológicas da área de estudo. Sendo assim, para os cenários, a distribuição dos fragmentos de vegetação no Município de Miracema, e, possível área com potencial de implantação do Corredor Ecológico, a ilustração sugere as conexões com base no estudo de Fidalgo *et al.* (CEPF, 2007).

Em Miracema o desmatamento é generalizado, com pequenos remanescentes de mata atlântica, num total de 26 km² com média de manchas de vegetação de 0,37 km² – Muito fragmentado. Com área sugerida para reflorestamento de 4.410,18 ha, no total de 14,63% da área municipal. Com base no estudo da Fundação CIDE, atual Fundação CEPERJ – Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, elaborou-se em 2003, a partir do Índice de Qualidade dos Municípios – IQM Verde II, uma metodologia para geração de corredores ecológicos, de forma a interligar os fragmentos florestais encontrados no território fluminense. Os fragmentos, reconhecidos a partir de imagens LANDSAT e confrontados com o Mapa de Uso e Cobertura do Solo elaborado pelo CIDE, em 2001, têm como objetivo a definição da viabilidade dos corredores. Cada fragmento foi representado geometricamente por um polígono fechado. O corredor foi definido como o menor segmento de reta que une dois desses polígonos, sendo que o comprimento máximo de um corredor ecológico adequado à realidade fluminense é de 2000 m., de acordo com critérios físico-ambientais e econômicos estabelecidos. Pela legislação, lei 9985 de 18 de julho de 2000, o Corredor Ecológico, é assim definido:

“São porções de ecossistemas naturais ou semi-naturais, ligando as unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais”

O Corredor Ecológico é uma das disposições preliminares da Lei nº 9985, a qual sugere o reflorestamento e crescimento da biodiversidade, e através do Código Florestal se busca recuperar áreas desmatadas e proteger o existente perante a Lei. No capítulo IV da criação, implantação e gestão das unidades de conservação

“§ 2º - A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitem identificar a localização, dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. ”

A legislação ambiental no SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação tem o propósito de orientar e determinar o processo de construção do Corredor Ecológico ao integrar a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997) oferecem usos dos recursos naturais à não degradação dos recursos hídricos. O PNMH- Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas determina incentivos para fomento de programas sobre o manejo dos recursos naturais renováveis, ou seja, aqueles que podem influenciar direta e indiretamente na conservação e no uso dos recursos hídricos.

O PNMH decreta no Art. 1º:

“fica instituído no Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas, sob supervisão do Ministério da Agricultura visando a promover um adequado aproveitamento agropecuário dessas unidades ecológicas, mediante a adoção de práticas de utilização racional dos recursos naturais renováveis”

Dita um dos objetivos do PNMH no Art. 2, § 1º

“executar ações voltadas para a prática de manejo e conservação dos recursos naturais renováveis, evitando sua degradação e objetivando um aumento da produção e produtividade agropecuárias, bem como da renda dos produtores rurais”.

Pela razão da falta de dados, e, conseqüentemente, informação sobre a distribuição das espécies, Peres (2005) recomenda utilizar as fisionomias vegetais, o que é de fácil acesso, como um possível substituto para explicar a alternância de espécies de plantas e animais. Outros indicadores ambientais como distância geográfica entre sítios, barreiras à dispersão como os grandes rios, atributos químicos e estruturais do substrato, a altitude e o clima podem representar o grau de dissimilaridade na composição de fauna e flora, entre sítios (NELSON et al., 2006). Adicionam-se às abordagens, indicadores sociais tais como: saúde da população rural, grupos populacionais específicos e domicílios rurais, os quais possibilitam o monitoramento de políticas sociais (IBGE, 2009).

A proposta de se usar os indicadores socioambientais minimiza a necessidade em curto prazo de se elaborar inventários detalhados das espécies e uso do solo (PERES, 2005) e está de acordo com a hipótese do determinismo ambiental (TUOMISTO *et al.*, 2003). Os indicadores socioambientais auxiliam na gestão territorial e do marketing preconizada pela implementação das abordagens sugeridas ao Município.

A gestão do marketing relacionada aos processos de participação, à sustentabilidade do desenvolvimento e à consolidação de estudos territoriais é fundamental para identificar-se e caracterizar-se a construção dos cenários com capacidade de resposta às necessidades locais. Nesta direção, baseado no cenário atual no qual se encontra o município de Miracema, a gestão possui quatro funções estratégicas básicas e integradas, tais como: integrar as secretarias e a participação da população; consolidar a A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública; gerenciar o processo de informação e comunicação, e assessorar as intervenções no município (RIBEIRO, 2009). No município, desenvolver quatro linhas de trabalho: Construção de Indicadores Socioambientais, Conservação ou Preservação da biodiversidade, Uso sustentável dos recursos naturais, Educação Ambiental e Comunicação. As principais Ações e Objetivos são: Unidades de Conservação e valorização das áreas protegidas pela sociedade, a capacitação dos atores sociais envolvidos com essas áreas, além do papel fundamental de criação e implementação de um sistema de Unidades de Conservação, a exemplo de Parques e RPPNs - Reservas Particulares de Patrimônio Natural, Reservas Privadas e o incentivo ao engajamento da sociedade civil na criação de RPPNs e o reconhecimento dessas reservas junto ao poder público.

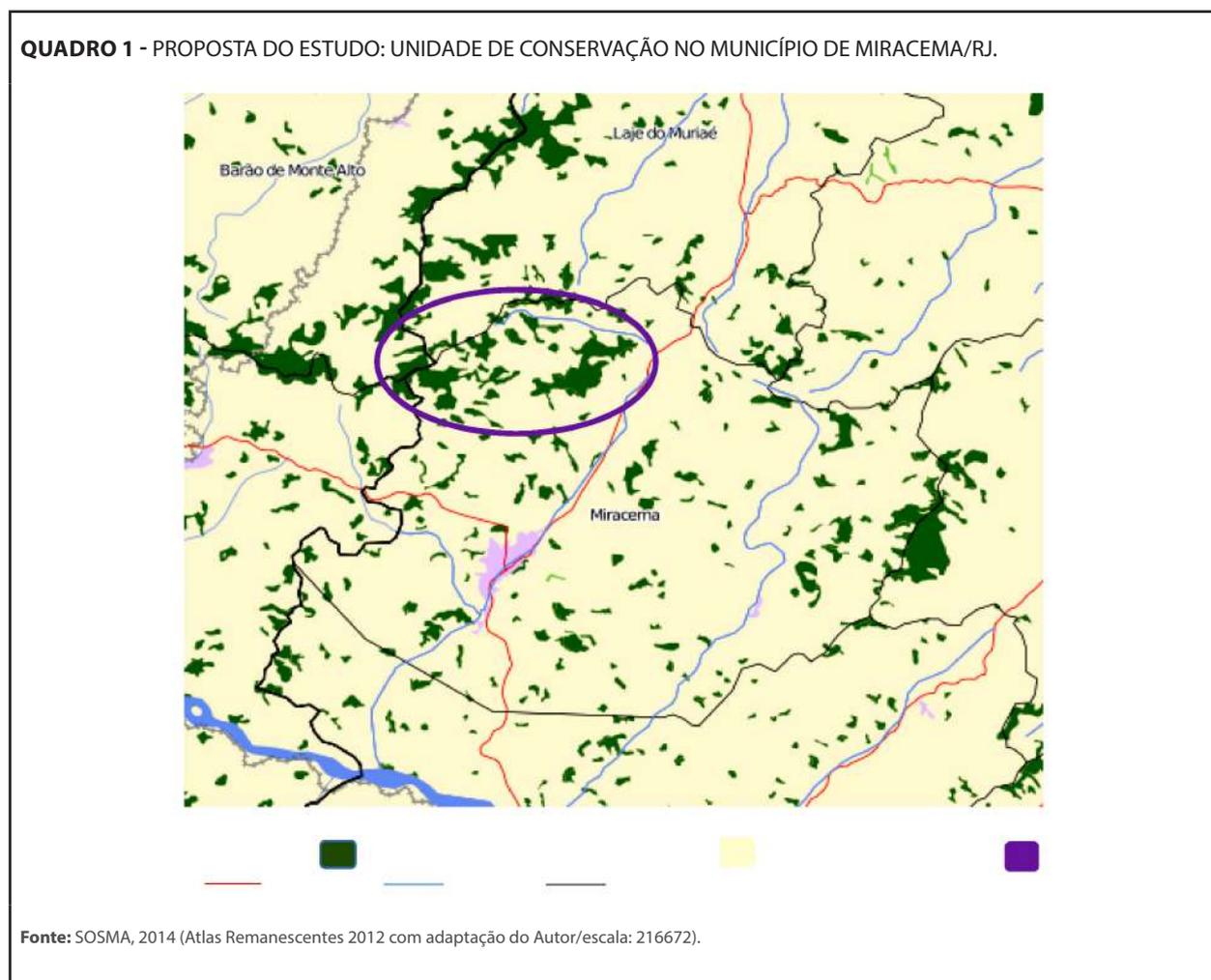
As principais estratégias são a disseminação de informações sobre UCs e promoção de mecanismos econômicos de apoio aos proprietários, o Planejamento da Paisagem com a criação de Visões de Biodiversidade a partir das Ecorregiões, visando construir cenários de conservação a longo prazo. As Visões são um instrumento de planejamento e implantação de ações a partir do olhar de diversos ‘grupos de interesse’, que apontam áreas prioritárias para proteção, manejo ou recuperação e a Restauração, com o envolvimento dos diversos atores sociais para uma estratégia de restauração da paisagem florestal, visando a garantir a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais de forma participativa.

A Proposta do Marketing pela sustentabilidade socioambiental sugeriu a criação de UC's, conforme o estudo (“Uma proposta de Gestão do Marketing no Município de Miracema-RJ como estratégia para promoção do município saudável e sustentável”), uma unidade de conservação, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Em 2014, as UC's completaram 18 anos de histórias e lutas em prol da conservação de áreas privadas, consolidando-se como uma das mais importantes categorias de Unidades de Conservação. Além de preservar belezas cênicas e ambientes históricos, assumem, cada vez mais, os objetivos de: proteção de recursos hídricos, manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, manutenção de equilíbrios

climáticos ecológicos entre vários outros serviços ambientais. Atividades recreativas, turísticas, de educação e pesquisa são permitidas na reserva, desde que sejam autorizadas pelo órgão ambiental responsável pelo seu reconhecimento (SNUC, 2000).

Acrescenta-se, dada a sua importância, por integrar conforme o Decreto 5758 de 13 de abril de 2006, que institui o PNAP - Plano Nacional de Áreas Protegidas, Decreto este que incorpora parte dos compromissos assumidos pelo Brasil onde “prevê o desenvolvimento de estratégias para estabelecer sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativas e efetivamente manejado, integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas até 2015”, ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, em 1992, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto 2.519, de 16 de março de 1998.

O QUADRO 2 - ilustra e sugere a localização das Reservas considerando o exposto acima.



5. Conclusão

Existe hoje no Brasil um consenso em relação à necessidade de a administração pública melhorar substancialmente seu Sistema de Gestão. As diferenças sociais do país exigem dos governos um nível de resultados bem superior aos apresentados atualmente. A administração pública pode e deve se calcar no modelo de gestão privada, mas nunca perder a perspectiva quanto à realização de sua função social, uma vez que o objetivo principal da iniciativa privada é o lucro. Logo, justifica-se pela incompetência na aplicação da legislação, na ausência de controle social da política socioambiental e no excessivo uso de instrumento de comando e controle na gestão à sustentabilidade do desenvolvimento.

Para os resultados ao desenvolvimento sustentável enfrentam-se dificuldades em diversos fatores, entre eles a inexistência de um processo de planejamento integrado de longo prazo que articule os órgãos federais, estaduais e municipais e crie espaço de participação das diferentes organizações da sociedade na tomada de decisão. Aumentar a capacidade de processar as demandas da sociedade e de articulá-las com os processos públicos e privados de tomada de decisão. Busca-se um equilíbrio dinâmico entre a eficiência dos mecanismos burocráticos de gestão e a eficácia da participação dos setores da sociedade civil interessados na sustentabilidade do desenvolvimento.

A gestão ao desenvolvimento sustentável pressupõe a integração de esforços de setores e a ampliação dos horizontes de projetos de desenvolvimento para além do nível local e imediato. Uma das dificuldades encontradas nessa gestão é a carência de instrumentos que permitam essa integração.

Visa deste modo, estabelecer a gestão socioambiental através da visão ecossistêmica do território, no qual seja, atender a demandas que exigem um grau diferente de trabalho integrado e transdisciplinar. Sustenta-se em questões científicas, porém não exclui as questões políticas e sociais conexas. A importância dos fatores sociais e dos valores humanos e culturais é fundamental para sua aplicação (Waltner-Toews, 2008 *apud* LAWINSKY, 2010) em três eixos fundamentais, ou seja, Conservação e Preservação dos Remanescentes de Mata Atlântica, Recursos Hídricos e Densidade demográfica.

A densidade demográfica no Município de Miracema, baseada no censo da população 2010 (IBGE) representa 88,15 hab/Km² (habitantes por quilômetro quadrado) que está concentrada, principalmente, em poucos distritos ao longo de dois rios: Ribeirão Santo Antônio e do Bonito. A riqueza cultural proveniente das diversas etnias e das várias correntes migratórias inclui o conhecimento tradicional sobre os usos e a forma de explorar os recursos da floresta e esgotá-los, destruindo o habitat natural.

Miracema apresenta índices socioeconômicos muito baixos e enfrenta dificuldades decorrentes da falta de infraestrutura urbana e de serviços públicos como transporte, água tratada e esgoto, energia, comunicação, escolas, bem como de tecnologia. Tais deficiências se traduzem em baixa qualidade de vida e falta de oportunidades para a população, ao mesmo tempo em que elevam o custo da produção, dificultam a agregação de valor e o escoamento e, por isso, reduzem a rentabilidade econômica. Nos últimos 70 anos surgiram novas ameaças, como a escassez de recursos na zona rural, as consequências de desmatamento (principalmente devido a queimadas, conversão de terras para a agricultura), a ocupação desordenada da terra e o uso inadequado do solo, sem que tenham sido tomados os cuidados prévios para minimizar esse impacto.

Realidade em que se insere e determina o fato político brasileiro é composto não somente pelas instituições, mas interferências individuais ou por redes de interesse em troca de apoios eleitorais. Este modelo cultural explica mudanças dos rumos políticos em todas as esferas de governo, com a viciosa descontinuidade político-administrativa de uma "gestão à outra" e no curso destas mesmas.

Entretanto reforça-se, que a função social deve ser alcançada com maior qualidade na prestação de serviços e com maior eficiência. Não se pode, ainda, ignorar as questões relacionadas à eficácia e à efetividade.

Referências

AB´SABER, A. N. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.

AB´SABER, A. N. Floram: história e endereço social de um projeto. *In*: RIBEIRO, W. C. (Org.). Patrimônio ambiental brasileiro. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 19-45 [Publicado em CORDANI, U. G; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. (Orgs.). Rio 92 – Cinco anos depois. São Paulo: ABC, CNPq, IEA & FBDS, 1997, p. 105- 131.]

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BAILEY, R. G. Identifying ecoregions boundaries. *Environmental management*, v. 34, supl. 1, p. S14-S26, 2005.

BENCKE, G.A., MAURICIO, G.N., DEVELEY, P.F., GOERCKE, J.M. Áreas Importantes para a Conservação das Aves no Brasil. Parte I - Estados do Domínio da Mata Atlântica [Important Bird Areas in Brazil. Part 1 - the Atlantic Coast. São Paulo, 2006: SAVE Brasil.

BRASIL. Lei Federal n. **9.985 de 18 de julho de 2000** - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL. Decreto Federal. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL. Decreto Federal. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL. Lei Federal n. 6.938 de 31 de agosto de 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm. Acesso em setembro de 2016

BRASIL. Lei Federal n. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos2004-2006/2006/lei/l11428.htm. Acesso em setembro de 2016.

Brasil. Lei federal nº **9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Consulta por UC's. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em janeiro de 2016.

BRASIL. Tabela Consolidada das Unidades de Conservação. Atualizada em 17/fev/2015. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Categoria_Fevereiro_2015.pdf. Acesso em janeiro de 2016.

Decreto Legislativo. Decreto legislativo nº2, de 3 de fevereiro de 1994. Aprova o texto do Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/de->

- [cretolegislativo-2-3-fevereiro-1994-358280-publicacaooriginal-1-pl.html](#). Acesso em setembro de 2016.
- DINNERSTEIN, E., OLSON, D.M., GRAHAM, D.J., WEBSTER, A.L., PRIMM, S.A., BOOK BINDER, M.P. Conservation assessment of the terrestrial ecoregions of Latin America and the Caribbean. Washington: World Bank. 1995, 237 p.
- FIDALGO, Elaine C. Cardoso; UZEDA, Mariella C.; BERGALLO, Helena de Godoy; COSTA, Thomaz Corrêa e Castro da. Remanescentes da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro: distribuição dos fragmentos e possibilidades de conexão. In: XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3885-3892.
- FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. Saúde, ambiente e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 2005-2008. São Paulo, 2009. Disponível em: http://mapas.sosma.org.br/site_media/download/atlas%20mata%20atlantica-relatorio2005-2008.pdf. Acesso em maio de 2010.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2011. Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 2008-2010. São Paulo, 2011. Disponível em: http://mapas.sosma.org.br/site_media/download/atlas_2008-10_relatorio%20final_ver-sao2_julho2011.pdf Acesso em agosto de 2011.
- GIL, A.C.. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- Hargrove, W. W.; Hoffman, F. M. Potential of multivariate quantitative methods for delineation and visualizations of ecoregions. *Environmental Management*, v. 34, n. 1, p. S39-S60, 2005.
- Hoepner, A. *et al.* Environmental and ecological economics in the 21st century: An age adjusted citation analysis of the influential articles, journals, authors and institutions. In: *Ecological Economics*. (Vol. 77, pp 193-206) mar. 2012. Recuperado em junho, 2012, de <http://www.sciencedirect.com/science/journal/09218009/77>.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Citações e referências a documentos eletrônicos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso nos meses de jan. a mar. 2009.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. IBGE, 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=p&o=24>. Acesso em setembro de 2011.
- ÍNDICE de qualidade dos municípios – verde II. IQM – Verde II. Rio de Janeiro: Fundação CIDE., 2003. 156 p. 1 CD-ROM.
- INEA - Instituto Estadual do Ambiente. Relatório da avaliação de qualidade da água. Rio de Janeiro, 2009.
- KALLIS, *et al.* The economics of degrowth. In: *Ecological Economics*. Vol. 84, pp 172-180, dez. 2012. Recuperado em abril, 2013, de <http://www.sciencedirect.com/science/journal/09218009/84>
- Klitgaard, K. A. & Krall, L. Ecological economics, degrowth, and institutional change. In: *Ecological Economics*. Vol. 84, pp 247-253, dez. 2012. Recuperado em junho, 2012, de <http://www.sciencedirect.com/science/journal/09218009/84>
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LAWINSKY, Maria Luiza de Jesus. The ecosystem approach: complexity, uncertainty, and managing for sustainability. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2010, vol.26, n.2, pp.422-423. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000200023>.

LEITE, L. DE O. ; REZENDE, D. A. Realizando a gestão de relacionamentos com os cidadãos: proposição e avaliação de um modelo baseado no citizen relationship management - Revista Brasileira de Gestão Urbana - URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana - URBE, v. 2, p. 247-258, 2010.

Loveland, T. R., and Merchant, J. M., 2004, Ecoregions and Ecoregionalization: Geographical and Ecological Perspectives: Environmental Management, v. 34, p. S1-S13.

MEA - MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Relatório Síntese da Avaliação Ecológica do Milênio, 2005. Washington, DC, 005. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/en/About.aspx>. Acesso em junho de 2013.

Ministério do Meio Ambiente 2006. Consultas públicas para criação de unidades de conservação na região de entorno da BR-319 (Manaus-Porto Velho), Área sob Limitação Administrativa Provisória – ALAP. Brasília, 12p.

MIRACEMA (município). Decreto Municipal n. 0261, de 15 de dezembro de 2010. Sobre a criação da área de proteção ambiental Miracema (APA Miracema) e do refúgio de vida silvestre da ventania (REVIS da Ventania). Miracema, 2010. [Links]

Miracema (município). Lei complementar, nº 1129, de 07 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Miracema- RJ. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1lwxphB6C_YJRDCoKYd21DIO3MeL0APZ2SMZsGNhty60/edit. Acesso em setembro de 2016.

Miracema (município). Lei Orgânica do Município de Miracema – RJ. Disponível em: http://cm-miracema.rj.gov.br/visualizar_documento.php?link=area_restrita/modulos/legislacao/arquivos/e58a24Lei_de_05041990_Lei_OrgAnica_do_MunicApio_de_Miracema.pdf. Acesso em setembro de 2016.

MITCHELL, R. W.; WOOLISCROFT, B.; HIGHAM, J. Sustainable market orientation: a new approach to managing marketing strategy. Journal of Macromarketing, California, v. 30, n. 2, p. 160-170, 2010.

MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE). Avaliação e Ações prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos. Brasília: MMA/ SBF, 2003.

Nelson, B.; Albernaz, A.L.M.; Soares Filho, B. 2006. Estratégias de Conservação para o Programa ARPA, Relatório de Atividades, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Diretoria de Áreas Protegidas, Ministério do Meio Ambiente. Cuiabá. 69 p

OMERNIK, J. M. Ecoregions of the Conterminous United States. Annals of the Association of American Geographers, v. 77, n. 1, p. 118-125, 1987.

OMERNIK, J. M. Ecoregions: a spatial framework for environmental management. In: Davis, W., Simon, T. P. eds. Biological assessment and criteria: Tools for water resource planning and decision making, Lewis Publishing, Boca Raton, Florida, 1995.

OTTONI, A. B. Relatório da inspeção técnica realizada ao Sistema Ambiental da Cidade de Miracema. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2008.

PERES, C.A., 2005. Why we need megareseves in Amazonia. Conservation Biology. 19, 728-733.

PROJETO RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Folhas Rio de Janeiro /Vitória. MME. Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=217157>. Acesso em setembro de 2016.

RIBEIRO, P. J. M. Uma proposta de gestão do marketing no município de Miracema/RJ como estratégia para promoção do município saudável e sustentável. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, P.J.M. Uma proposta de gestão do marketing no Município de Miracema/RJ, como estratégia para promoção de município saudável e sustentável [DVD]. Rio de Janeiro: Samkhyá, 2009.

RIBEIRO, P.J.M.; BARCELLOS, C.; ROQUE, Odir C. da C. Desafios do desenvolvimento em Miracema (RJ): uma abordagem territorial sustentável de saúde e ambiente. Saude soc.[online]. 2013, vol.22, n.2, pp.575-589. ISSN 0104-1290. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902013000200026>.

SILVA, M. P. S.; BARBOSA, T. R. L.; BARROSO, D. G. Preservação de nascentes. Niterói: Programa Rio Rural, 2008. (Manual técnico, 8).

SIMI, R., SIMI-JR, R., SIMI-NETO, R. Corredor ecológico e zoneamento ambiental para a criação de unidade territorial auxiliado por um SIG. In: XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, 2007. Anais. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2007, p. 5517-5524.

STATTERSFIELD, A. J., M. J. CROSBY, A. J. LONG, & D. C. WEGE. Endemic bird areas of the world: priorities for biodiversity conservation. BirdLife International, Cambridge, United Kingdom, 1998.

TCE-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/Secretaria-Geral de Planejamento. Estudo Socioeconômico 2004-MIRACEMA. Rio de Janeiro. TCE, 2004.

TCE-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/Secretaria-Geral de Planejamento. Estudo Socioeconômico 2005-MIRACEMA. Rio de Janeiro. TCE, 2005.

TCE-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/Secretaria-Geral de Planejamento. Estudo Socioeconômico 2006-MIRACEMA. Rio de Janeiro. TCE, 2006.

TCE-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/Secretaria-Geral de Planejamento. Estudo Socioeconômico 2007-MIRACEMA. Rio de Janeiro. TCE, 2007.

TCE-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/Secretaria-Geral de Planejamento. Estudo Socioeconômico 2007-MIRACEMA. Rio de Janeiro. TCE, 2008.

Tuomisto, H., K. Ruokolainen & M. Yli-Halla. 2003. Dispersal, environment and floristic variation of western amazonian forest. Science, 299: 241-244.

UNEP - United Nations Environment Programme. Year Book 2010. New York: UNEP, 2010.

VICTOR, P.A. (2008). Managing without growth: slower by design, not disaster. Cheltenham, UK: Edward Elgar Published Limited.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF). Wildfinder. 2014. Escala indeterminável. Disponível em: <http://www.worldwildlife.org/science/wildfinder/>. Acesso em: 04/09/2016.

XIMENES, A. de C. Mapas auto-organizáveis para a identificação de ecorregiões no interflúvio Madeira-Purus: uma abordagem da biogeografia ecológica, 2008. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.